Práticas de esporte, educação física e educação moral e cívica na ditadura militar: uma higiene moral e do corpo

Reginaldo Cerqueira Sousa*

Resumo

Formas de governo baseados no autoritarismo encontraram mecanismos, entre eles o da propaganda ideológica, para adquirir adesão e consenso da população. Este artigo procura compreender como se deu esse processo na ditadura militar brasileira por meio da análise dos manuais de Educação Moral e Cívica e das práticas esportivas nos espaços de educação de jovens. A higiene moral e do corpo como meios de se obter obediência, valorizar o trabalho e evitar os conflitos sociais.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Anticomunismo; Moral e civismo.

Introdução

Os 50 anos do Golpe Militar, lembrado em 2014, colocou na ordem do dia os debates sobre a ditadura militar brasileira. Aspectos de seu funcionamento, as interpretações referentes às suas definições e orientações ideológicas, e as atrocidades praticadas na época deram o tom das reflexões e das discussões levantadas. Período sombrio de nossa história recente, a Ditadura instaurada em 1964 – que se estendeu por mais de duas décadas – promoveu o cerceamento das liberdades políticas, a militarização dos aparelhos do Estado, a violência deste contra a sociedade, a censura política e moral, e a continuidade do processo de modernização, ampliando o fosso da desigualdade social no país (SILVA, 1990, p. 273-303).

Momentos de rememoração como este põem em relevo o tema da memória. No seu entorno, lutas e embates políticos inscrevem um modo de ler e de se relacionar com o passado (SEIXAS, 2004, p. 37-38), com o cuidado de não se confundir rememorar, ação coletiva e política, com comemoração. Nesta os eventos são lembrados como fatos

^{*} Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEEPR).

de um passado glorioso (GAGNEBIN, 2014, p. 260). Atitudes dessa natureza, no caso da ditadura, instigam a retomar marcos para se pensar os interesses e os motivos pelos quais se definiram os temas que orientaram pesquisas acadêmicas e mesmo concepções sobre o período. São ocasiões para se empreender balanços do que se produziu, ou deixou-se de produzir, a respeito da época, dos seus personagens e dos seus acontecimentos (GOMES, 2010, p. 37-70).

Entrar neste debate pode nos conduzir à reflexão dos impasses da memória constituída no Brasil pós-ditadura. O processo de Redemocratização e a Política de Anistia projetaram no horizonte do país um modelo de sociedade democrática baseado na hegemonia do discurso coletivo e do consenso social. Nessa transição consensual, ao menos dois de seus efeitos foram trágicos na política brasileira. O primeiro atenuou o papel dos segmentos sociais e dos indivíduos que se dispuseram a colaborar politicamente com os militares. Na historiografia brasileira prevaleceu o modelo de história de matriz marxista cujos estudos e pesquisas partiram da temática da "revolução" e "revolta" produzindo uma literatura, a partir da década de 1970, centrada nos sistemas repressivos e nas resistências.

O segundo efeito tem a ver com o silêncio em relação às vítimas da violência, sobretudo da tortura. Para Maria Rita Kehl (2010), tal silêncio é um dos fatores que podem explicar a repetição, em outras formas, da violência da polícia e das instituições do Estado. A sensação de impunidade e o medo imperam e impedem que atitudes e denúncias contra esse tipo de prática sejam feitas. O processo de transição, além de desviar a atenção da violência praticada no período, também se manifestou na tímida preocupação e falta de interesse em relação à abertura dos arquivos da ditadura militar. Os trágicos efeitos podem ser observados nas ruas das grandes e pequenas cidades do país, nos porões das delegacias, nas cadeias, nos presídios e nas periferias de todo o Brasil (HAGGINS, 2010, p. 541-558).

Diante disso, cabe-nos não somente o desafio de pensar essas questões, na intenção de provocar fissuras no modo pelo qual o passado da ditadura fora compreendido, mas o de refletir sobre o mesmo, de maneira crítica, no sentido de apontar possibilidades de análises sobre o período. Além de instigar leituras que permitam vencer e superar as diferentes formas de dominação, repressão e violência. Nesse campo de reflexões, não se deve deixar escapar o entendimento de que a Ditadura, embora discricionária e arbitrária, contou com o apoio e o consentimento de setores da sociedade.

Os estudos no campo das ciências e filosofia políticas têm nos alertado para o fato de que os governos, em algum nível, encontraram o apoio político da população. Mesmo aqueles de caráter autoritário, além do apoio popular, apoderaram-se do controle da educação, dos meios de comunicação e das instituições econômicas para assim engrenarem toda a sociedade e a vida privada do cidadão ao sistema de dominação política (NEUMANN, 1969, p. 258-260).

Este trabalho tem como tema as bases sociais de apoio à ditadura militar. Analisamos a constituição de uma espécie de pedagogia moral e do corpo durante o período da ditadura, viabilizado, principalmente, pela reestruturação do ensino, o qual direcionava-se aos jovens estudantes objetivando a constituição de um ideário nacionalista – a manifestação do sentimento de amor à pátria, de dedicação ao trabalho e de apego ao modelo tradicional de família. Além disso, uma educação moral associada, também, a atividades físicas voltadas a lazeres ativos, que tentavam consolidar comportamentos sociais de acordo com o regime político vigente na época. A higiene moral e do corpo significava, também, a saúde social e da nação.

As interpretações sobre a Ditadura Militar e as formas de consentimento em regimes políticos: algumas palavras

Parece-nos cada vez mais importante entendermos o tema do consenso e do consentimento durante a ditadura no Brasil. No entanto, a tarefa exige cuidados, já que nos faz pisar em um terreno arenoso porque toca o tema da responsabilidade em relação a governos baseados na violência política e aos benefícios, simbólicos ou materiais, adquiridos por aqueles dispostos a apoiar os poderes oficiais (ARENDT, 2004, p. 70-111). Tais indivíduos eximiram-se da crítica ao autoritarismo do governo permitindo a presença e a ramificação do sistema de vigilância e de controle social. Não é o lugar, aqui, de efetuarmos comentários detalhados sobre o tema, mas o de apontar a pertinência de seu debate na sociedade.

No que diz respeito ao consentimento em regimes políticos, nos recorremos aos estudos de Pierre Ansart (1978). Ao analisar as modalidades de consentimento presentes no trabalho ideológico, o autor classificou três tipos, a saber, a ortodoxia apoiada, a ortodoxia consentida e a ortodoxia terrorista. A primeira é caracterizada pelo apoio manifestado por sinais espontâneos e pela interiorização das mensagens, vistas como

não repressivas, e de sua reprodução não obrigatória. Para difundi-las não há necessidade de poderosos instrumentos de propaganda.

Já a ortodoxia consentida utiliza-se de um sistema amplamente institucionalizado e rotinizado, no qual as mensagens são aceitas e consideradas evidentes pela maioria da população interessada; sem despertar o desencadeamento do entusiasmo, nem contestação. O poder político apodera-se dos meios institucionais de influência, dentre eles a escola e os meios de propaganda para disseminar sua ideologia. Na ortodoxia terrorista, por sua vez, a linguagem ideológica é vivida como a linguagem da verdade. O discurso racional é preenchido pelo mito com o objetivo de garantir a obediência total aos poderes oficiais. Os receptores das mensagens as têm como verdade absoluta e passam a defendê-las com aguerrido entusiasmo. O terror ideológico designa o inimigo e passa a combatê-lo e eliminá-lo para que a sociedade legítima possa se realizar. Manifesta-se, no campo simbólico, em linguagens e práticas sociais.

Intenta a criação de novos códigos e na sua aplicação na sociedade. Por essa razão, não se pode deixar de identificar o poder produtivo, os aparelhos de produção, a situação dos receptores e o conteúdo das mensagens. Tais procedimentos revelam os agentes manipuladores dos discursos, o funcionamento dos mecanismos de difusão dos conteúdos ideológicos e a situação dos receptores, levados à glorificação das normas na sociedade. São aspectos do consentimento que nos permitem lançar um olhar ao momento da aplicação do Golpe e ajudam a compreender o processo de constituição do regime de exceção no Brasil.

Essa perspectiva permite lançar um olhar atencioso ao momento de instauração do Golpe Militar e compreender como se deu a sua constituição no Brasil. Sobre esse tema, vale ressaltar os estudos que evidenciaram formas distintas de interpretar a Ditadura, uma delas diz respeito à própria instituição militar (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 2004). Mostra-nos que os militares não eram, em relação às suas posturas e aos seus ideais, homogêneos. Entre eles havia contradições motivadas pelas disputas de poder, pelo receio do esfacelamento da hierarquia militar e pelas divergências na escolha do modelo político adequado para a melhor condução do país e, consequentemente, do regime militar. Essa seria umas das explicações para a gradativa militarização do sistema estatal e para os diferentes momentos de repressão e de liberalização durante a permanência dos militares no poder.

Uma segunda interpretação tem a ideologia como variante explicativa (CODATO, 2004), a qual enfatiza, sobretudo, o combate ao comunismo e à inserção de

suas ideias no cenário nacional. Insere-se no contexto de Guerra Fria em que os dois blocos, capitalismo e comunismo, disputavam zonas de influência, particularmente, na América Latina (MUNHOZ, 2004, p. 261-281). No Brasil, acreditava-se que era preciso enfrentar o comunismo, pois tinha-se a ideia de que o mesmo representava obstáculo ao crescimento econômico do país sendo, ainda, uma ameaça aos valores morais e cristãos da época. Foi esta a justificativa dada pelos militares para a aplicação do golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964. Contou, sobretudo, com o apoio das classes médias urbanas, dos setores empresariais e da ala conservadora da Igreja Católica (CORDEIRO, 2009). A terceira interpretação refere-se, basicamente, ao comportamento da própria sociedade (CODATO; OLIVEIRA, 2004). A dinâmica social, o modo como os indivíduos se comportaram diante do regime autoritário, os conflitos e as tensões existentes no tecido social são elementos reveladores de como a ditadura militar se constituiu por meio de forças políticas divergentes entre si.

É importante destacar que os estudos que tratam dos segmentos da sociedade que apoiaram a ditadura são ainda recentes. Porém, autores, como René Dreyfuss (1981), já haviam chamado atenção para a participação de civis na preparação e, inclusive, na execução do golpe. Seu trabalho, importante para a historiografia sobre o período, priorizou, nas suas análises, as elites sociais e políticas. Na última década, no entanto, pesquisadores têm se dedicado ao estudo das complexas relações entre ditadura e sociedade, para além dos estudos das múltiplas formas de oposições aos militares (REIS, 2014, p. 7-13). Mas, quando recuamos um pouco mais no tempo e visitamos a literatura especializada sobre a ditadura, especialmente a produzida após a década de 1970, não é difícil perceber que boa parte dela centrou seus estudos nos sistemas repressivos e nas resistências. O binômio dominação/resistência ofereceu uma chave de leitura sobre o período e, a mesma, pouco se preocupou com os segmentos da sociedade que, direta ou indiretamente, e por meio de diferentes práticas sociais, se dispuseram a colaborar com o poder constituído.

Maria Helena Rolim Capelato (1996) mostrou que a multiplicidade de movimentos sociais, de natureza política, surgidos a partir dos anos de 1970, pôs em xeque as noções comuns da ação política. Os referenciais de análise, até então utilizados, não davam conta da compreensão dessa visão polissêmica da sociedade civil. Segundo a historiadora, tais questões inseriram-se no processo de democratização do país, o que levou à utilização de termos necessários para classificar essa novidade. Foi nesse solo que o termo resistência adquiriu importância e passou a significar para

aqueles que se impuseram contra grupos dominantes, ligados agora a um ponto comum, a construção da democracia. A perspectiva baseou-se na dicotomia de análises do tipo opressor e oprimido, explorador e explorados reforçando o papel das forças coercitivas, por parte do Estado, para obtenção do controle social (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p. 11).

A recorrência à resistência consolidou uma memória em torno da esquerda. Embora derrotada politicamente, a esquerda conseguiu afirmar-se nos produtos culturais, consagrando-se numa visão heróica na memória social (NAPOLITANO, 2014, p. 145-168). Por isso, o entendimento da relação entre sociedade e ditadura, bem como os modos de pensar a política e as práticas sociais que dela decorrem, depende da apropriação de categorias teóricas e de conceitos que deem conta de explicar as singularidades de cada momento histórico.

Educação Moral e Cívica: a higiene da mente

O controle da educação e da informação serviu, nos regimes políticos autoritários, para inculcar valores e assegurar a obediência dos indivíduos. Os manuais de educação são um exemplo. É um material rico no que se refere à expressão de conhecimento e de valores de uma época. Eles manifestam práticas culturais e políticas muitas vezes calcadas no discurso fundador da nacionalidade, no intuito de formar modelos desejados de identidade. Reforçaram, no caso da ditadura, princípios relacionados à hierarquia, à autoridade, à ordem e à tradição. O apelo emocional, expresso nos textos e nas imagens, serviu para reforçar valores atrelados ao patriotismo, ao trabalho e à família.

No Brasil, a inserção da Educação Moral e Cívica (EMC) e da Organização Social e Política do Brasil (OSPB), como disciplinas obrigatórias e como prática educativa em todos os graus de ensino, serviu para atender a esse propósito e, do mesmo modo, a obrigatoriedade da Educação Física. Inseriram-se por meio da reestruturação do ensino, com as reformas na educação, em fins da década de 1960. A premissa básica era a disciplinarização, a normatização, o alto rendimento e a eficácia pedagógica, sendo instrumentos convenientes para disseminar o discurso do governo e assegurar uma pretensa harmonia social. A educação moral e as atividades físicas buscaram consolidar comportamentos sociais sintonizados com o regime político atrelando a higiene moral e do corpo com a saúde social e da nação.

A educação para a criação de um sentimento de nacionalidade patriotismo não surgiu durante a ditadura militar. Desde o século XIX, observou-se um esforço por parte do Estado em construir, pelo viés da ideia de nacional, um elemento unificador. A escola, o ponto de ligação entre a família e o Estado, tornou-se espaço privilegiado para disseminação desse propósito. Entre os anos de 1930 e 1940, a formação da nacionalidade encontrou no civismo papel preponderante no processo de formação da nacionalidade. O Estado Novo encarregou-se de fomentar a educação cívica e a prática dos esportes e Educação Física no intuito de formar o cidadão muito em defesa da moral, dos valores cristãos, vinculados à cultura do trabalho. Na ditadura militar acentuou-se tal propósito em grande medida pela concepção de defesa nacional, como veremos adiante.

Brasileiro de verdade!, título do livro didático de educação moral e cívica da rede de ensino de Curitiba, dirigido a estudantes entre 10 a 15 anos de idade, no início dos 1970. A capa do livro, com a imagem da bandeira do Brasil ao fundo completava-se com a representação de um jovem estudante cuja expressão não deixava transparecer qualquer tipo de infortúnio. Era a representação da felicidade. O livro divide-se em temas referentes à família, religião, valores e obrigações em relação à pátria. Para cada tema, havia atividades próprias sem exigir maiores esforços do aluno para serem resolvidas. Cabia a ele apenas preencher as lacunas com palavras-chave – amor, família, Deus, pátria, trabalho, estudo, honra, entre outras – direcionadas pelo próprio professor, sem esquivar-se do material.

Numa das atividades, a linha do tempo da história nacional, destacavam-se as figuras consideradas ilustres para o Brasil: homens honrados, geralmente estadistas, e grandes fatos, como o da Inconfidência Mineira ou o do Grito do Ipiranga, eram exaltados com intuito de estimular o patriotismo. Nela o ano de 1964 é celebrado como o ano da revolução que salvou o país. Uma das atividades para os alunos trazia a seguinte informação: "31-3-1964 — Governo da Revolução é instituído pelas Forças Armadas para preservar a Democracia". (BAPTISTA DE DEUS, 1971, p. 50-51). Esse era o ponto de vista defendido pelos militares no momento que aplicaram o Golpe. A ameaça à ordem era o comunismo, combater o "perigo vermelho", segundo essa visão, era necessário para evitar a degeneração dos valores morais da sociedade.

¹ O livro foi publicado e produzido pela prefeitura de Curitiba e utilizado na rede de ensino público da capital paranaense, no início dos anos de 1970. Inseriu-se dentro da reforma educacional oficializada pela Lei 5692/71. A lei estruturou o ensino de primeiro e segundo grau modificando a grade curricular, por exemplo, com a inserção da disciplina de educação moral e cívica.

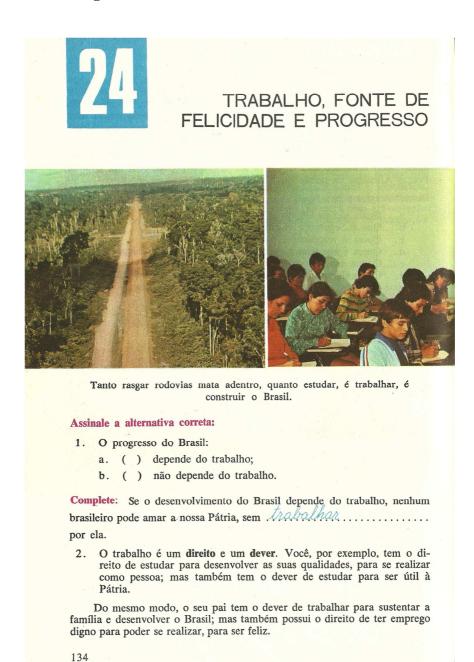
O anticomunismo, no início dos anos de 1960, foi a conjuntura propícia para as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade" – atos públicos organizados pelas senhoras católicas, apoiados por políticos conservadores e pelo segmento empresarial –, que reuniu milhares de pessoas nas ruas das cidades por todo o Brasil (PRESOT, 2010, p. 71-96). Com o terço nas mãos, mostraram-se contrárias à política populista do governo de João Goulart e, apegando-se aos valores cristãos, apresentaram-se como "salvadoras" da democracia.

A luta contra o comunismo e a visão otimista em relação ao desenvolvimento e ao capital estrangeiro era justificada pela perspectiva de superação do atraso econômico brasileiro e pelo enfrentamento dos opositores da nação. Tal visão reforçava, especialmente entre os jovens estudantes, a ideia dos militares como redentores do país.

Juntamente com discurso salvacionista, havia uma preocupação em relação ao que impedia os indivíduos de se ocuparem com questões úteis, tais como o trabalho e os estudos. Mais tarde, nos anos de 1970, contexto dos projetos de integração nacional e desenvolvimento do país, o ideal de trabalho logo foi atrelado ao ensino técnico nas instituições de ensino, criado para responder à necessidade, por parte do governo, de criar mão de obra capacitada e indivíduos aptos para atuar na produção econômica do país.

² Essa perspectiva ainda se presencia na educação de jovens dos colégios militares. Ver: **A história ensinada às crianças e adolescentes dos colégios militares**. Disponível em: http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=1864>.

Figura 1 – Dos bancos escolares saem cientistas

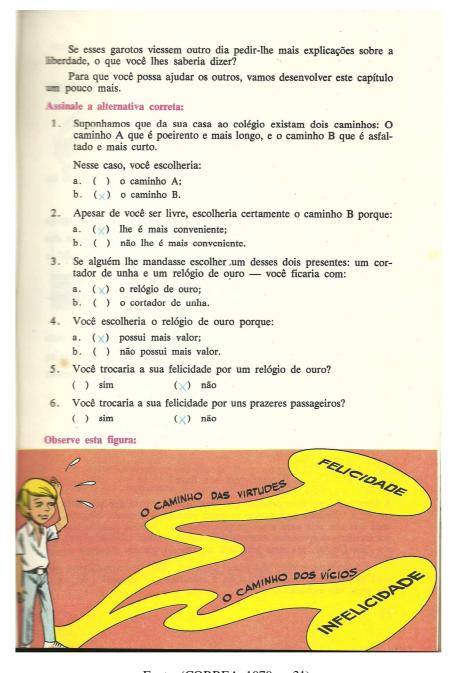


Fonte: (COUTINHO, 1975, p 88).

Na figura, retirada de um dos livros utilizados na rede pública de ensino, é notória a interligação entre projetos político-econômicos e educação para o trabalho, que não se limitava somente a esse fato. Em razão disso, nos manuais de educação moral e cívica, as imagens e palavras compunham a trama narrativa deixando inseparáveis o sentimento de felicidade e as noções de trabalho e progresso. Nesse caso, o indivíduo sentia-se responsável pelo crescimento e desenvolvimento do país, não

somente conseguir mão de obra para o trabalho, mas criar e estimular comportamentos sociais capazes de eliminar os vícios que davam a ideia de degeneração da nação. Para combater esse mal, os livros reforçavam as ações que denotavam algum tipo de virtude. Constituíram uma espécie de higiene moral, uma pedagogia moral, na qual os valores referentes à família, à pátria e ao catolicismo formariam a base do caráter dos alunos. As atividades nas instituições de ensino almejavam bons cidadãos, obedientes e respeitadores da ordem.

Figura 2 – Ser livre



Fonte: (CORREA, 1979, p. 31).

Este exemplo, de uma maneira atrativa para o aluno, mostra como o jovem deveria comportar-se. Embora colocado diante de duas possibilidades, ficava claro qual delas ele deveria optar. A partir disso, era orientado a classificar os valores que os conduziria ao caminho da felicidade e, do mesmo modo, eliminar aqueles que os desviava do que se considerava uma atitude saudável. Gradativamente, o aluno se confrontava com os hábitos comportamentais adequados para a convivência, tanto no espaço das instituições de ensino quanto no da família, e deste para a sociedade. Condutas como respeito às leis, obediência à família, à religião eram recorrentes nas atividades realizadas em sala de aula em oposição à preguiça e à desobediência, por exemplo, que eram tidos como uma antivirtude. A intenção, como observado no modelo de atividade, era de criar nos estudante comportamentos capazes de evitar os maus hábitos e fortalecer as virtudes consideradas importantes para a convivência social.

Este aspecto incluía-se no contexto de reestruturação do sistema educacional nos anos de 1960 e 1970, em que se associavam educação ao desenvolvimento. As propostas curriculares derivadas dessa dinâmica não podem ser vistas foram de um processo cultural e de relações de forças que se chocaram no período (MARTINS, 2005, p. 17-34). Por esse motivo, a educação pode ser vista não somente como um sistema de difusão da doutrina e do imaginário militar, mas também como era o meio em que comportamentos eram tecidos e constituídos. O combate aos vícios, por exemplo, pretendidos pela pedagogia moral, costurava, também, uma valorização do trabalho. O mesmo deveria estender-se aos propósitos nacionais. Se o estudante conseguisse internalizar esse comportamento dentro da instituição de ensino, não iria demorar muito para que pudesse praticá-lo fora dos muros da escola.

Esse tipo de prática social tocava questões mais amplas, colocavam em xeque os interesses pessoais dos alunos em razão da responsabilidade que eles deveriam assumir na sociedade. Isso quer dizer que a felicidade pessoal, em nome de um projeto maior, estava associada à da nação. A desobediência, nesse caso, demandava um risco. Por essa razão, o saneamento moral, enfatizado nos manuais de educação moral e cívica, objetivava não somente uma higiene moral, capaz de responder aos interesses expressos no projeto político no período de vigência da ditadura, mas também uma pedagogia do corpo. Criar efeitos disciplinadores e fazer desses corpos parte da nação. Um corpo

sadio também significa uma nação sadia e, consequentemente, economicamente produtiva. ³

Na década de 1970, observamos uma valorização das atividades físicas, especialmente no interior das instituições de ensino, por meio da prática dos esportes, da educação física e dos lazeres. Nosso desejo não é o de fazer aqui um estudo aprofundado desses temas, mas o de trazer alguns apontamentos acerca dessas práticas para perceber como elas estiveram associadas a uma noção de higiene moral, e também do corpo, ao mesmo tempo em que se integravam ao propósito de harmonização social e de integração nacional, veiculadas pelos militares.

As práticas esportivas, as atividades físicas e de lazer: higiene do corpo

Michel Foucault (1979) já havia nos mostrado em seus estudos que, desde o século XVIII, um conjunto de saberes sobre o corpo havia se constituído. Eles atuaram, em diferentes modos controlando o corpo, examinando-o, disciplinando-o a partir de técnicas e instituições como escola, prisão, hospital, entre outras, gerenciado o modo como os indivíduos comportavam-se e expressavam seus desejos e sentimentos. Isso se deu no campo das relações de poder, não o poder entendido como bloco monolítico exercido unicamente pelo Estado, mas, como pontuou o filósofo francês, o poder constituído na sua dimensão capilar.

Em outros dos seus estudos, o filósofo francês nos mostra como, a partir do século XIX, o gerenciamento desses corpos, o seu disciplinamento, torna-se, depois, uma preocupação política que se volta para a população. Controlar grupos humanos, gerenciar seu espaço de atuação, sua natalidade e mortalidade, constituiu outra forma de poder. Ele se apossou da vida constituindo-a como bem administrável, ao mesmo tempo em que poderia gerar seu próprio aniquilamento (FOUCAULT, 2010).

Carmem Lúcia Soares (2005) nos chama atenção, em seu trabalho, como a ginástica, gradativamente, tornou-se meio para se constituir códigos de civilidade e uma educação dos gestos e do corpo na França do século XIX. Comprovada cientificamente, a ginástica teria como propósito eliminar os excessos do corpo, criar gestos harmônicos e institucionalizá-los. Para isso, era necessário o uso de técnicas especiais que pudessem

_

³ No Brasil isso, durante a Ditadura, isso não constituiu uma novidade. No período Vargas a prática de valorização do trabalho associado ao disciplinamento do corpo também foi algo recorrente nos programas de ensino e nas propagandas do Estado Novo. Ver: Maria Helena Rolim Capelato (2009), **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**.

controlar e fazer uso da força física. A técnica, a precisão e a beleza dos gestos revelavam um caráter moral. Sua inserção deu-se no momento de desenvolvimento do capitalismo e da burguesia e ligou-se a questões relacionadas à saúde e à higiene. As atividades físicas deveriam ser exploradas porque ensinariam a seus praticantes o modo de atuação na própria sociedade.

Em outro artigo, a autora, a partir do diálogo com o pensamento de Michel Foucault, elabora uma análise sobre as pedagogias contemporâneas que se apossam dos indivíduos normalizando-os e controlando seus desejos (SOARES, 2009, p. 63-81). Isso se manifesta, por exemplo, na busca da saúde e na valorização de corpos ativos e perfeitos. Para ela, a mudança deu-se com o desparecimento da diversão e o surgimento do lazer ativo, divulgado pelos meios de comunicação, legitimado pela ideologia médica, que garante um caráter de cientificidade. Desse modo, tem-se a proliferação, nas propagandas de corpos ideais, programas que se dedicam a controlar o corpo e o seu peso.

Se pensarmos no Brasil durante a ditadura, veremos, a partir de uma pedagogia moral e do corpo, uma constituição nas instituições de ensino, na prática de educação física, esportiva e de lazer. A intenção era a de fazer da atividade física, e também do esporte, um elemento comum ao cotidiano das pessoas. Dessa maneira, seria possívelcanalizar as energias para evitar a crítica ou questionamento ao governo militar, propiciar uma educação para o trabalho e para a competividade, reforçar a prática do disciplinamento e associar equilíbrio social e saúde social (VIEIRA, 2009, p. 387-414). Governar o corpo e educar seus gestos, e palavras significava governar, também, a sociedade.

Para isso, os militares buscaram num suposto ideal de democracia sua pretensão de legitimade. A ancoragem desse sistema de valores, como vimos, estava nos ideais de ordem, de preservação da família e de saneamento moral, a lógica era o seu reforço em todo o tecido social (RESENDE, 2001, p. 3637). O plano de ação psicológica foi elaborado pelos militares da Escola Superior de Guerra (ESG), buscava-se adesão e reconhecimento em todos os níveis da sociedade, especialmente naqueles em que não existia a guarnição militar. Era orientado pela perspectiva da segurança nacional, enquanto fundamento necessário para uma sociedade harmônica. A atitude e o comportamento dos indivíduos em todos os âmbitos da vida social deveriam ser controlados e gerenciados, num primeiro momento, para o enfrentamento da ameaça comunista no Brasil e, em seguida, para produtividade econômica.

Essas ideias são evidentes no conjunto de fotografias, por nós selecionados, sobre atividades físicas e esportivas registradas por um professor de educação física, da rede estadual de ensino do Paraná, durante a década de 1960 e 1970. Como professor, ele preocupou-se em deixar registrado cada exercício físico, o treinamento esportivo e os eventos competitivos, comuns à época, em que os alunos participavam. Força física, competitividade, civismo estão entre os elementos destacados nas propostas pedagógicas e nas atividades realizadas durante as aulas de educação física.



Figura 3 – Atletismo

Fonte: (TREIN, 1974).

Nas instituições de ensino, essa visão baseava-se no modelo de vida saudável e ativa, ambos conquistados pelas atividades físicas e esportivas. A escola, como espaço de sociabilidade, de constituição de comportamentos e de saberes, apresentava-se como ambiente privilegiado para a prática de atividades físicas e esportivas, não somente porque atingia um número significativo de jovens, mas porque permitia a criação de um sentimento de pertencimento à pátria, de uma paixão pela cultura do corpo e de uma energia produtiva. As diferentes modalidades esportivas reforçavam os laços de sociabilidades entre alunos e professores e, além disso, revelavam talentos para

representar o Brasil em competições esportivas. Por meio do discurso do esporte, havia a clara intenção de evitar os vícios e de ensinar a superar obstáculos.

Essa capacidade física era obtida pelos constantes treinamentos realizados dentro e fora dos espaços escolares. Propiciavam, também, maior aproveitamento do tempo dos indivíduos e, em cada um deles, enfatizava-se a ideia de superação dos próprios limites do corpo. Já as atividades físicas e esportivas, de caráter competitivo, eram realizadas, primeiro, no interior das instituições de ensino. A intenção era a de proporcionar, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento do estudante, detectando o tipo de atividade física e esportiva adequada para cada jovem e, em seguida, havia competições e eventos interescolares, chamados de jogos estudantis. Nesses eventos, buscava-se reforçar o disciplinamento, a competitividade e o reconhecimento da superioridade de outrem.

Todo esse investimento nas práticas esportivas, nas atividades físicas e de lazer era uma política do Estado. Por meio dela, uma série de projetos e de programas educacionais, voltados à prática de atividades físicas, compôs a grade curricular das escolas, sendo as mesmas acompanhadas com mais rigor e técnicas pedagogicamente gerenciadas. Um exemplo a ser citado é o da ginástica. Fortalecer a musculatura do corpo, bem como aprimorar os seus gestos e comportamentos, simbolizava a preocupação de reforçar os vínculos pela atividade física ao ideal de disciplinamento militar.



Figura 4 – Ginástica

Fonte: (TREIN, 1974).

Não bastava somente ao jovem estudante possuir um comportamento adequado, capaz de respeitar os valores morais, particularmente aqueles veiculados pela moral cristã e pelo patriotismo, pois isso deveria ser internalizado em seu próprio corpo. Força, competição e determinação eram requisitos valorizados nas atividades planejadas em cada aula, ministradas pelos professores de educação física. Tais atividades estavam conectadas àquelas relacionadas à Educação Moral e cívica, como vimos anteriormente.

Os jogos estudantis eram realizados em diferentes lugares e em espaços capazes de comportar um número significativo de alunos. Neles se fazia competições esportivas e também de oratória, cada estudante elaborava um discurso, para ser lido em público, a partir de temas referentes à integração nacional:

DO CONCURSO DE ORATÓRIA

Art. 6° – Os estabelecimentos de ensino inscreverão um aluno concorrente e um substituto eventual.

Parágrafo único: são concorrentes os alunos de ambos os sexos.

Art. 7° – O tema para o concurso é "A integração através do esporte" e o aluno usará a palavra durante no máximo cinco (5) minutos.

Art. 8° – O julgamento ficará a cargo de professores designados pela Comissão Central Organizadora (CCO). (VI JOGOS ESTUDANTIS MARIA AGUIAR TEIXEIRA, 1975).

Nota-se, em tais eventos, que havia um interesse em integrar os estudantes. Esse ideal de integração, desejado pelos militares, deveria ser feito não somente pelo investimento econômico com a abertura de rodovias, a exemplo da Transamazônica, e no âmbito da cultura, pelo apoio a manifestações culturais populares, o que permitiu a criação das Casas da Cultura, mas pela internalização desse valor por meio das atividades esportivas. Os eventos competitivos realizados entre as escolas respondiam a esse propósito.

Esses objetivos políticos, ligados ao desenvolvimento e ao trabalho, não se dissociavam de uma retórica voltada à saúde. A constituição de corpos saudáveis, fortes, capazes de enfrentar diferentes obstáculos, disciplinados e moralmente educados, dava a ideia de uma nação livre dos conflitos sociais. A higiene moral e a saúde do corpo eram os aspectos de um corpo social saudável moralmente constituído. Essa era a ideia divulgada, ou seja, a de que o país, imerso numa ditadura, conseguia manter a ordem social. A maior parte da população pouco sabia da existência de conflitos sociais e da violência praticada pelo Estado contra seus opositores. Nesses grandes eventos, os desfiles cíveis e competições esportivas realizavam entre si, um projeto político que se fazia presente, de forma mais capilar, nos corpos dos alunos.



Figura 5 – Atletismo

Fonte: (TREIN, 1974).

As campanhas governamentais voltadas para lazeres ativos, com a dinamização da prática esportiva, não se restringiam às instituições de ensino. Campanhas como Esporte para Todos e Mexa-se foram difundida nos diferentes setores da sociedade. Uma vida ativa, a partir de uma ocupação sadia expressava padrões de normalidades, essas manifestadas em práticas sociais cotidianas (SOARES, 2009, p. 71). No caso dos estudantes, algo recorrente, conforme vimos em relação à associação entre o sentimento de felicidade, trabalho e progresso, era a concepção, integradas a essas ações, da importância da íntima ligação entre o estudo e as atividades físicas e esportivas, sendo bom em todas elas. Isso quer dizer que os indivíduos, bons no trabalho e nas atividades físicas, tornavam-se, efetivamente, bons cidadãos. O conjunto dessas práticas sociais garantia a boa conduta no espaço educacional e fora dele. Deveria, segundo essa lógica, acompanhar o aluno por toda a vida.



Figura 6 – Jogos ginasiais

Fonte: (TREIN, 1974).

Esse exemplo ilustra como essas práticas estavam presentes no tecido social e acompanhavam todo o desenvolvimento e formação do estudante. Do primeiro ao segundo grau até à universidade, essa lógica, em diferentes modalidades, constituía-se em práticas sociais e comportamentos adequados denotando como os corpos dos indivíduos eram objetos do cuidado. Seu bom gerenciamento e a pedagogia moral aplicada criavam efeitos de disciplinamentos sobre os desejos da pessoa, atrelando-os aos mesmos propósitos nacionais. Dessa maneira, o jovem indivíduo sentia-se parte integrante desse grande corpo social: a nação.

Considerações finais

O que podemos concluir de todas essas questões? A primeira delas é de que é preciso entender a ditadura como um momento complexo de nossa história. Nela, diferentes formas e jogos de poder estiveram presentes e, sem dúvida, marcada por tensões sociais. Outra questão, é que as práticas sociais que associavam noções de trabalho, de higiene moral e do corpo completavam-se efetivando uma prática política interessada na construção de uma nação ausente de conflitos sociais e obediente às formas de comando, sendo o corpo do indivíduo a extensão do corpo da nação.

A internalização dos valores morais favorecia um comportamento dócil na sociedade. O suposto ideal de democracia defendido pelos militares – a defesa da família, a noção de ordem, o saneamento moral e a segurança nacional diluía-se na ideia de comunhão desses anseios em toda a sociedade. Outro elemento importante é que o corpo não pode ser pensado fora da esfera pública, pois está carregado de uma dimensão política. Os aspectos que o rodeiam, o seu cuidado, o uso de suas potencialidades, de sua higiene moral e física, constituem-se por meio de relações de poder e de força, no intuito de efetivar determinados projetos políticos e visões de mundo, que procuram moldá-lo por meio de regras e normalizações. O esporte, o lazer, as atividades físicas associados a uma educação moral, efetivavam esse propósito nos estudantes.

Esse empreendimento deu-se, também, pelo empenho de um grupo especializado de funcionários. Encarregaram-se de produzir as mensagens, de instalar os processos de doutrinação e de prever, inclusive, os mecanismos de sanção àquilo que se encontra na contramão da ordem estabelecida. Foi um trabalho feito com cuidado e elevada atenção ao conteúdo das mensagens transmitidas aos indivíduos, em primeiro lugar aos jovens. A clareza do programa, a difusão das imagens, a sua repetição e a rotinização por meio

de práticas sociais, como as que analisamos neste trabalho, remetem a uma idealização de nação e à sua grandeza no presente (ANSART, 1978, p. 144-150).

O apelo moral feito para realizar tarefas conforma-se com os ideais coletivos, coloca-se, então, numa mesma linguagem o apelo ao amor e à obediência. A força disso reside no fato de o indivíduo sentir que no mesmo patamar encontra-se a sua própria felicidade e a felicidade da nação por meio do vínculo estabelecido com a "comunidade dos escolhidos". Na verdade, esse vínculo permite exercer uma disciplina nos indivíduos, com a normatização de seus corpos, de suas mentes e de seus comportamentos.

A sociedade cria um conjunto coordenado de representações, definidas como imaginário, que reproduz e distribui identidades e papéis sociais. Expressa necessidades coletivas, fixa normas e valores, dita ordem, indica seus fins, evoca atos justos e condena desvios. A apropriação dos símbolos e o uso de práticas que objetivam o cuidado com o corpo tem como finalidade assegurar o *status quo*, a submissão, e manter hierarquias. Pretende designar, em traços gerais, o verdadeiro sentido dos atos coletivos. Procura traçar o modelo de sociedade legítima e de sua organização, indicar simultaneamente os legítimos detentores da autoridade, os fins que se deve propor à comunidade e os meios para alcançá-los. Busca, ainda, uma explicação sintética, em que o fato particular adquire sentido e os acontecimentos se coordenam numa unidade plenamente significativa.

Sports practices, physical education and moral and civic education during the military dictatorship: a moral hygiene and body

Abstract

Governments based on authoritarianism always use mechanisms in order to get membership and consensus from the population, such as the ideological advertisement. This paper approaches this process in the Brazilian Military Dictatorship by analysing textbooks of the Moral and Civic Education, besides the practice of sports in youth education spaces. In addition, it focuses also on body and mental hygiene as means of getting obedience, increasing the value of work and avoiding social conflicts.

Keywords: Military Dictatorship; Anti-Communism; Moral and Civility.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **A história ensinada às crianças e adolescentes dos colégios militares**. Notícias. Disponível em: http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=1864>. Acesso em: 02 set. 2011.

ANDRADE FILHO, José Hermógenes de. **Organização social e política brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 1975.

ANSART, Pierre. Ideologias, conflitos e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BAPTISTA DE DEUS, Marilza Martins. **Brasileiro de verdade! Educação Moral e Cívica para estudantes de 10 a 15 anos de idade**. Curitiba: Imprimax LTDA, 1971.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. **Estudos Históricos**, São Paulo, n. 17, p. 161-165, 1996.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: UNESP, 2009.

CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História:** *Questões e Debates*, Curitiba, n. 40, p. 11-36, jan./jun., 2004.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcos Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento**: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CORREA, Avelino Antônio. **Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica**. Primeiro Grau. Volume I. São Paulo: Ática, 1979.

COUTINHO, Osvaldo. **Estudos de Moral e Civismo, ensino de 1º grau**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1975.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Visões do golpe**: a memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, André. **Vidas em risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ESTUDO dirigido de Educação Moral e Cívica. Primeiro Grau. Volume I. São Paulo: Ática, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Volume 1. São Paulo: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

HAGGINS, Martha. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 541-558, set./dez. 2010.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINS, Maria do Carmo. Currículo, cultura e ideologia na Ditadura Militar brasileira: demarcação do espaço do professor. In: CERRI, Luis Fernando (Org.). **O ensino de história e a Ditadura Militar**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O século sombrio**: uma história geral do século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NEUMANN, Franz. **Estado democrático e Estado autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

PRESOT, Aline. Celebrando a "Revolução": as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Org.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REIS, Daniel Aarão. Passado, presente e futuro da Ditadura no Brasil. In: CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; AARÃO REIS, Daniel (Org.). À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

RESENDE, Maria José de. **A ditadura militar**: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1985. Londrina: Ed. UEL, 2001.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Org.). A construção social dos regimes autoritários: legitimade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SOARES, Carmem Lúcia. **Imagens da educação no corpo**: estudos da ginástica francesa no século XIX. Campinas: Autores associados, 2005.

SOARES, Carmem Lúcia. Escultura da carne: o bem-estar e as pedagogias totalitárias do corpo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

VI JOGOS ESTUDANTIS MARIA AGUIAR TEIXEIRA. **Regulamento**. Datilografado. Curitiba, maio de 1975.

VIEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. O esporte brasileiro em tempos de exceção; sob a égide da ditadura militar (1964-1985). In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (Org.). **História dos esportes no Brasil**: do império aos dias atuais. São Paulo: UNESP, 2009.

TREIN, Vilson. Atividades 1969-1976 – Educação Física. 1 álbum (150 fotos). 1974.

Recebido em março de 2015. Aprovado em agosto de 2015.